



Concurso Público para provimento de vagas de  
**Analista Judiciário - Área Apoio Especializado**  
**Especialidade Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao fiscal da sala, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

**Atenção:** As questões de números 1 a 12 referem-se ao texto seguinte.

**Intolerância religiosa**

*Sou ateu e mereço o mesmo respeito que tenho pelos religiosos.*

*A humanidade inteira segue uma religião ou crê em algum ser ou fenômeno transcendental que dê sentido à existência. Os que não sentem necessidade de teorias para explicar a que viemos e para onde iremos são tão poucos que parecem extraterrestres. Dono de um cérebro com capacidade de processamento de dados incomparável na escala animal, ao que tudo indica só o homem faz conjecturas sobre o destino depois da morte. A possibilidade de que a última batida do coração decreta o fim do espetáculo é aterradora. Do medo e do inconformismo gerado por ela, nasce a tendência a acreditar que somos eternos, caso único entre os seres vivos.*

*Todos os povos que deixaram registros manifestaram a crença de que sobreviveriam à decomposição de seus corpos. Para atender esse desejo, o imaginário humano criou uma infinidade de deuses e paraísos celestiais. Jamais faltaram, entretanto, mulheres e homens avessos a interferências mágicas em assuntos terrenos. Perseguidos e assassinados no passado, para eles a vida eterna não faz sentido.*

*Não se trata de opção ideológica: o ateu não acredita simplesmente porque não consegue. O mesmo mecanismo intelectual que leva alguém a crer leva outro a desacreditar. Os religiosos que têm dificuldade para entender como alguém pode discordar de sua cosmovisão devem pensar que eles também são ateus quando confrontados com crenças alheias.*

*O ateu desperta a ira dos fanáticos, porque aceitá-lo como ser pensante obriga-os a questionar suas próprias convicções. Não é outra a razão que os fez apropriar-se indevidamente das melhores qualidades humanas e atribuir as demais às tentações do Diabo. Generosidade, solidariedade, compaixão e amor ao próximo constituem reserva de mercado dos tementes a Deus, embora em nome Dele sejam cometidas as piores atrocidades.*

*Fui educado para respeitar as crenças de todos, por mais bizarras que a mim pareçam. Se a religião ajuda uma pessoa a enfrentar suas contradições existenciais, seja bem-vinda, desde que não a torne intolerante, autoritária ou violenta. Quanto aos religiosos, leitor, não os considero iluminados nem crédulos, superiores ou inferiores, os anos me ensinaram a julgar os homens por suas ações, não pelas convicções que apregoam.*

(Drauzio Varella, **Folha de S. Paulo**, 21/04/2012)

1. O título **Intolerância religiosa** refere-se fundamentalmente, tal como se depreende do desenvolvimento do texto, ao fato de que
  - (A) as diferentes religiões acabam por hostilizar-se em função de diferenças pouco relevantes.
  - (B) as pessoas religiosas tendem, por vezes, a demonstrar pouco ou nenhum respeito por quem não creia em Deus.
  - (C) as convicções de um ateu soam intolerantes quando apresentadas a um homem de fé.
  - (D) a compaixão e a tolerância são praticadas com mais facilidade por aqueles que não têm religião.
  - (E) a paciência e a resignação são atributos religiosos que os ateus deveriam reconhecer melhor.
2. A afirmação final de que *os anos me ensinaram a julgar os homens por suas ações, não pelas convicções que apregoam*
  - (A) é contraditória em relação ao respeito que diz ter o autor pelos que professam uma religião.
  - (B) é um argumento em favor das crenças que se apropriam das melhores qualidades humanas.
  - (C) expõe a convicção de que somente os ateus são capazes de discernir entre o bem e o mal.
  - (D) indica como critério de julgamento moral o valor do que é efetivamente praticado por alguém.
  - (E) expressa a convicção de que os homens escolhem os caminhos de acordo com seus interesses pessoais.
3. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. O medo de morrer acaba por incutir nos homens a rejeição da ciência, fazendo-os acreditar que somente os religiosos sejam imortais.
  - II. O fato de haver tantas religiões parecidas no mundo leva o autor a questionar a superioridade que cada uma reivindica para si.
  - III. O autor admite o fato de que a religião pode fortalecer intimamente uma pessoa, tendo aprendido a respeitar a quem tem fé.Em relação ao texto está correto o que se afirma em
  - (A) I, II e III.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) III, apenas.
  - (E) II e III, apenas.
4. As convicções materialistas do autor levam-no a considerar o homem como um ser da natureza, não mais que isso. É o que se comprova na seguinte passagem:
  - (A) *Dono de um cérebro com capacidade de processamento de dados incomparável na escala animal (...)*
  - (B) *Todos os povos que deixaram registros manifestaram a crença de que sobreviveriam à decomposição de seus corpos.*
  - (C) *Não se trata de opção ideológica: o ateu não acredita simplesmente porque não consegue.*
  - (D) *O ateu desperta a ira dos fanáticos, porque aceitá-lo como ser pensante obriga-os a questionar suas próprias convicções.*
  - (E) *Quanto aos religiosos, leitor, não os considero iluminados nem crédulos, superiores ou inferiores (...)*



5. Está correta a seguinte afirmação sobre um aspecto do texto:
- (A) em *para explicar a que viemos* (2º parágrafo), o elemento sublinhado tem o sentido de **o meio pelo qual**.
- (B) a expressão *só o homem faz conjecturas* (2º parágrafo) refere-se ao pensamento típico de um ateu.
- (C) em *Para atender esse desejo* (3º parágrafo), o elemento sublinhado refere-se ao destino dos corpos depois da morte.
- (D) a expressão *Perseguidos e assassinados no passado* (3º parágrafo) refere-se aos primitivos mártires cristãos.
- (E) a expressão *mulheres e homens avessos a interferências mágicas* (3º parágrafo) refere-se a quem não crê em fenômenos transcendentais.
- 
6. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *capacidade de processamento de dados* (2º parágrafo) = habilidade para investigar conceitos
- (B) *Não se trata de opção ideológica* (4º parágrafo) = não consta haver escolha consciente
- (C) *discordar de sua cosmovisão* (4º parágrafo) = ir de encontro à sua visão de mundo
- (D) *desperta a ira dos fanáticos* (5º parágrafo) = conclama o ódio aos sectários
- (E) *por mais bizarras que a mim pareçam* (6º parágrafo) = tanto mais agressivas eu as julgue
- 
7. As normas de concordância verbal estão plenamente acatadas em:
- (A) Aos ateus não se devem dispensar o mesmo tratamento de que foram vítimas os primeiros adeptos do cristianismo.
- (B) Nunca faltaram aos homens de todas as épocas o recurso das crenças no sobrenatural e a empolgação pelas artes da magia.
- (C) Não se deixam levar pelas crenças transcendentais quem só costuma atender as exigências do pensamento racional.
- (D) Poupem-se da ira dos fanáticos de sempre aquele tipo de pesquisador que se baseia tão somente nos fenômenos que se podem avaliar.
- (E) Nunca se abrandaram nos homens e mulheres que não se valem da fé religiosa a reação hostil dos que se proclamam filhos de Deus.
- 
8. Está inteiramente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O autor é um médico já notório por cujas observações em programas de televisão, inclusive uma famosa campanha antitabagista.
- (B) O autor é um médico experiente, que se vale de sua fluência verbal tanto na imprensa escrita como na televisão.
- (C) Muita gente identifica o autor enquanto um médico capaz, além de saber comentar assuntos vários, mesmo sendo opinativo.
- (D) Ao autor muitos já se inflamaram por conta de suas opiniões radicais com que se dissuadiram tantos fumantes.
- (E) Buscando um equilíbrio diante da medicina e da comunicação, o autor investe em temas tão científicos quanto leigos.
- 
9. Está **inadequado** o emprego do elemento sublinhado na seguinte frase:
- (A) Sou ateu e peço que me deem tratamento similar ao que dispenso aos homens religiosos.
- (B) A intolerância religiosa baseia-se em preconceitos de que deveriam desviar-se todos os homens verdadeiramente virtuosos.
- (C) A tolerância é uma virtude na qual não podem prescindir os que se dizem homens de fé.
- (D) O ateu desperta a ira dos fanáticos, a despeito de nada fazer que possa injuriá-los ou desrespeitá-los.
- (E) Respeito os homens de fé, a menos que deixem de fazer o mesmo com aqueles que não a têm.
- 
10. Transpondo-se para a voz **passiva** a construção **Os ateus despertariam a ira de qualquer fanático**, a forma verbal obtida será:
- (A) seria despertada.
- (B) teria sido despertada.
- (C) despertar-se-á.
- (D) fora despertada.
- (E) teriam despertado.
- 
11. A flexão de todas as formas verbais está plenamente adequada na frase:
- (A) Os que virem a desrespeitar quem não tem fé deverão merecer o repúdio público de todos os homens de bem.
- (B) Deixar de professar uma fé não constitui delito algum, ao contrário do que julgam os fanáticos de sempre.
- (C) Ninguém quererá condenar um ateu que se imbuí do valor da ética e da moral no convívio com seus semelhantes.
- (D) Se não nos dispormos a praticar a tolerância, que razão teremos para nos vangloriarmos de nossa fé religiosa?
- (E) Quem quiser respeito para a fé que professa deve dispor-se a respeitar quem não adotou uma religião.
- 
12. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) O texto é polêmico, de vez que, busca estabelecer um equilíbrio de julgamento, num terreno em que via de regra dominam as paixões, já que tanto a religião como a ciência advogam para si mesmas, o estatuto do conhecimento verdadeiro.
- (B) O texto é polêmico, de vez que busca estabelecer, um equilíbrio de julgamento, num terreno em que via de regra dominam as paixões; já que tanto a religião como a ciência advogam para si mesmas, o estatuto do conhecimento verdadeiro.
- (C) O texto é polêmico, de vez que: busca estabelecer um equilíbrio de julgamento num terreno em que, via de regra, dominam as paixões já que tanto a religião, como a ciência, advogam para si mesmas o estatuto do conhecimento verdadeiro.
- (D) O texto é polêmico, de vez que busca estabelecer um equilíbrio de julgamento num terreno em que, via de regra, dominam as paixões, já que tanto a religião como a ciência advogam para si mesmas o estatuto do conhecimento verdadeiro.
- (E) O texto é polêmico de vez, que busca estabelecer um equilíbrio de julgamento, num terreno em que via de regra, dominam as paixões já que, tanto a religião como a ciência, advogam, para si mesmas, o estatuto do conhecimento verdadeiro.



**Atenção:** As questões de números 13 a 15 referem-se ao texto que segue.

### Uma pergunta

*Frequentemente cabe aos detentores de cargos de responsabilidade tomar decisões difíceis, de graves consequências. Haveria algum critério básico, essencial, para amparar tais escolhas? Antonio Gramsci, notável pensador e político italiano, propôs que se pergunte, antes de tomar a decisão: – Quem sofrerá?*

*Para um humanista, a dor humana é sempre a prioridade a se considerar.*

(Salvador Nicola, inédito)

13. Formula-se com correção e coerência o sentido da preocupação de Gramsci na seguinte frase:

- (A) Uma das maiores angústias humanas está em terem que tomar decisões autoritárias e improcedentes.
- (B) Saber quem arcará com o ônus de uma escolha é a premissa para uma decisão importante.
- (C) A finalidade de toda decisão urgente é de estabelecer quem mais deve sofrer com ela.
- (D) Ninguém deve sofrer com o peso de uma decisão mau tomada, mormente nos casos mais graves.
- (E) Sabendo-se de antemão quem sofre ao tomar uma decisão, evita-se muitos males.

14. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no **singular** para preencher adequadamente a lacuna da frase:

- (A) A nenhuma de nossas escolhas ..... (**poder**) deixar de corresponder nossos valores éticos mais rigorosos.
- (B) Não se ..... (**poupar**) os que governam de refletir sobre o peso de suas mais graves decisões.
- (C) Aos governantes mais responsáveis não ..... (**ocorrer**) tomar decisões sem medir suas consequências.
- (D) A toda decisão tomada precipitadamente ..... (**costumar**) sobrevir consequências imprevistas e injustas.
- (E) Diante de uma escolha, ..... (**ganhar**) prioridade, recomenda Gramsci, os critérios que levam em conta a dor humana.

15. As decisões mais graves são sempre difíceis: os que devem tomar tais decisões medem essas decisões pelos mais variados critérios, avaliam essas decisões conforme algum interesse em vista.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) as devem tomar - medem-nas - avaliam-nas
- (B) devem tomá-las - lhes medem - as avaliam
- (C) lhes devem tomar - medem-nas - avaliam-nas
- (D) devem as tomar - medem-lhes - avaliam-lhes
- (E) devem tomar-lhes - as medem - as avaliam

### Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho

16. O afastamento concedido ao Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a critério do Órgão Especial, sem prejuízo de vencimentos e vantagens, poderá ser fundamentado

- (A) com a posse em cargos de direção em órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- (B) em requisição para afastamento para tratar de assuntos de interesse particular.
- (C) com a participação em missão da Organização das Nações Unidas.
- (D) em candidatura a cargo eletivo do Poder Legislativo.
- (E) pela frequência em cursos, pelo prazo máximo de dois anos.

17. Na data da sessão marcada para a eleição do Presidente do TST, um dos Ministros ficou impossibilitado de comparecer. Nesse caso, o Ministro ausente pode votar, desde que

- (A) o voto seja pelo sistema aberto e ele o faça por qualquer meio de comunicação hábil.
- (B) nomeie o Presidente do TST seu procurador, com poderes para realizar esse ato.
- (C) nomeie qualquer Ministro do TST seu procurador, com poderes para realizar esse ato.
- (D) registre esse ato em cartório.
- (E) envie carta ao Presidente do TST, na qual anexará seu voto em invólucro à parte, fechado e rubricado.

18. Presidir audiência de conciliação e instrução de dissídio coletivo de competência originária do TST compete

- (A) ao Presidente.
- (B) ao Vice-Presidente.
- (C) ao Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.
- (D) a Ministro Presidente de Turma.
- (E) a qualquer Ministro do TST.

19. O quórum para funcionamento do Tribunal Pleno, do Órgão Especial, da Seção Especializada em Dissídios Coletivos e da Seção de Dissídios Individuais plena é, respectivamente,

- (A) 14, 11, 8 e 5 Ministros.
- (B) 14, 11, 8 e 8 Ministros.
- (C) 11, 8, 8 e 11 Ministros.
- (D) 11, 11, 8 e 8 Ministros.
- (E) 14, 8, 5 e 11 Ministros.

20. A deliberação referente à aprovação de Instruções Normativas é ato de competência do Tribunal Pleno e pertence à classe

- (A) dos atos regimentais.
- (B) das emendas regimentais.
- (C) dos regulamentos gerais.
- (D) das resoluções.
- (E) das resoluções administrativas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo**

21. Uma empresa que conte com controle acionário privado e participação minoritária de capital estatal
- (A) é considerada sociedade de economia mista, porém não integrante da Administração Indireta.
  - (B) é considerada empresa pública, integrante da Administração Indireta.
  - (C) é considerada empresa pública, porém não integrante da Administração Indireta.
  - (D) é considerada sociedade de economia mista, integrante da Administração Indireta.
  - (E) não é considerada nem empresa pública, nem sociedade de economia mista.
- 
22. No regime da Lei nº 8.112/90, caracteriza-se caso de exoneração de ofício de cargo efetivo quando:
- (A) tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
  - (B) o servidor for condenado em processo administrativo, pela prática de infração funcional.
  - (C) em que pese satisfeitas as condições do estágio probatório, não se houver estabelecido confiança por parte da autoridade superior.
  - (D) o servidor tomar a iniciativa de pedir a exoneração.
  - (E) o servidor for condenado em processo judicial, pela prática de infração funcional.
- 
23. Considere as seguintes assertivas, no tocante ao regime da Lei nº 8.112/90:
- I. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens: indenizações; gratificações e adicionais.
  - II. As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
  - III. As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) I, II e III.
- 
24. Pelo regime da Lei nº 8.112/90, NÃO é caso de aplicação de penalidade de demissão
- (A) o abandono de cargo.
  - (B) a reincidência das faltas punidas com advertência.
  - (C) a inassiduidade habitual.
  - (D) a incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.
  - (E) a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.
- 
25. Configura hipótese de dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, a
- (A) contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
  - (B) contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica – ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.
  - (C) contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
  - (D) compra de material bélico, ou de uso pessoal, ou administrativo, pelas Forças Armadas, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres.
  - (E) contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior, respeitado o preço então oferecido pelo novo contratado.



26. A duração dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93, em regra, ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários. Essa regra comporta exceções, dentre as quais NÃO se inclui o caso de
- (A) aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 meses após o início da vigência do contrato.
  - (B) prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.
  - (C) projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório.
  - (D) fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 meses, caso haja interesse da Administração.
  - (E) contratação em situação de possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional, situação em que os contratos poderão ter vigência por até 120 meses, caso haja interesse da Administração.
- 
27. Segundo o regime da Lei nº 10.520/02, a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará, dentre outras, a seguinte regra:
- (A) para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, ou de técnica e preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
  - (B) no curso da sessão pública para recebimento das propostas, todos os licitantes poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
  - (C) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 dias úteis.
  - (D) encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação de todos os licitantes classificados, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.
  - (E) se a melhor oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro reabrirá a fase de lances, entre os demais licitantes.
- 
28. Segundo a Lei nº 8.429/92, os atos de improbidade administrativa
- (A) decorrentes de atentados contra os princípios da Administração Pública levam às sanções menos graves dentre as previstas no mesmo diploma legal.
  - (B) caracterizam-se tão somente pela culpa, independentemente de dolo do agente.
  - (C) que causam prejuízo ao erário levam às sanções mais graves dentre as legalmente previstas.
  - (D) são necessariamente comissivos, não ocorrendo por omissão.
  - (E) que importam enriquecimento ilícito levam às sanções de gravidade intermediária dentre as previstas no mesmo diploma legal.
- 

### Contabilidade Geral

29. Em 30/06/2012, determinada empresa incorreu em gastos com:
- I. a aquisição de 30% das ações ordinárias da Cia. A, com o objetivo de assegurar fornecimento de matéria-prima.
  - II. o desenvolvimento de novos produtos, cujos benefícios econômicos futuros ainda não podiam ser demonstrados.
  - III. a contratação de uma apólice de seguro contra incêndio da fábrica (com pagamento à vista), cuja vigência é de 12 meses.
  - IV. os custos de transação, incorridos e pagos, referentes à captação de um empréstimo de longo prazo.
- Com base nas informações apresentadas, os gastos incorridos nas operações I, II, III e IV foram reconhecidos, respectivamente, em 30/06/2012, como
- (A) Investimentos, Intangíveis, Despesas Pagas Antecipadamente e Encargos a Apropriar.
  - (B) Aplicação Financeira, Intangíveis, Despesas Pagas Antecipadamente e Despesas Financeiras.
  - (C) Aplicação Financeira, Despesas Operacionais, Despesas de Seguro e Despesas Financeiras.
  - (D) Investimentos, Despesas Operacionais, Despesas de Seguro e Despesas Financeiras.
  - (E) Investimentos, Despesas Operacionais, Despesas Pagas Antecipadamente e Encargos a Apropriar.
-



30. Determinada Cia. Aberta apresentou as seguintes demonstrações contábeis:

**Balanco Patrimonial (em reais)**

Ativo	31/12/10	31/12/11	Passivo	31/12/10	31/12/11
<b>Ativo Circulante</b>	<b>260.000</b>	<b>270.000</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>150.000</b>	<b>123.000</b>
Disponível	100.000	120.000	Fornecedores	150.000	84.000
Duplicatas a Receber	160.000	150.000	IR/CSLL a pagar	-	39.000
			<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>130.000</b>	<b>50.000</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>240.000</b>	<b>210.000</b>	Empréstimos a pagar	130.000	50.000
Imobilizado					
Terreno	40.000	-	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>220.000</b>	<b>307.000</b>
Máquinas	200.000	230.000	Capital Social	210.000	220.000
Deprec. Acum. Máquinas		(20.000)	Reservas de Lucros	10.000	87.000
<b>Total do Ativo</b>	<b>500.000</b>	<b>480.000</b>	<b>Total do Passivo + PL</b>	<b>500.000</b>	<b>480.000</b>

**Demonstração de Resultados do Exercício de 2011 (em reais)**

Receita Líquida de Vendas	420.000
Custo dos Produtos Vendidos	(252.000)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>168.000</b>
Despesas administrativas	(15.000)
Despesa de depreciação	(20.000)
(+/-) Outras receitas operacionais	
Prejuízo na venda do terreno	(4.000)
(+/-) Resultado financeiro	
Despesa financeira	(13.000)
Lucro antes do IR e CSLL	<b>116.000</b>
Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(39.000)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>77.000</b>

Com base nessas demonstrações e sabendo-se que a venda do terreno e a aquisição das máquinas foram à vista e que o aumento de capital foi em dinheiro, o fluxo de caixa consumido ou gerado pelas atividades de investimento foi, em reais,

- (A) 6.000, gerado.
- (B) 10.000, gerado.
- (C) 36.000, gerado.
- (D) 30.000, consumido.
- (E) 40.000, consumido.

31. A Cia. Hacer possuía, em 31/12/2010, o patrimônio líquido composto pelas seguintes contas: Capital Social R\$ 500.000,00 e Reserva Legal R\$ 96.000,00. Durante 2011, a Cia. obteve um lucro de R\$ 100.000,00. Sabendo-se que a Cia. Hacer constitui Reserva Legal de acordo com a legislação societária, que os dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos em seu estatuto é de 30% do lucro líquido e que os lucros retidos para expansão são de até 70% do lucro líquido, o valor retido para expansão, em 31/12/2011, foi, em reais,

- (A) 70.000.
- (B) 67.200.
- (C) 66.500.
- (D) 66.000.
- (E) 65.000.



32. Uma determinada empresa apresentava, em 31/12/2011, as seguintes informações a respeito de um imobilizado:

Custo de aquisição: R\$ 200.000,00

Depreciação acumulada: R\$ 50.000,00

Perda por *Impairment*: R\$ 40.000,00

A empresa decidiu vender este imobilizado, em 31/12/2011, por R\$ 100.000,00 à vista. Com base nestas informações, o resultado obtido com a venda do imobilizado foi, em reais,

- (A) 100.000 de lucro.
- (B) 50.000 de prejuízo.
- (C) 60.000 de prejuízo.
- (D) 10.000 de prejuízo.
- (E) 0 (zero).

33. Considere as seguintes assertivas:

- I. Os ativos fiscais diferidos devem ser ajustados a valor presente, caso sejam recuperáveis no longo prazo.
- II. Os ativos financeiros classificados como destinados à negociação são mensurados ao valor justo.
- III. Os investimentos em coligadas devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
- IV. Valores a receber de clientes no exterior devem ser convertidos, para fins de apresentação no Balanço Patrimonial, à taxa de câmbio em vigor na data da operação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

34. Uma empresa comercial adota o critério da Média Ponderada Móvel para controle dos estoques. Realizou as seguintes operações durante o mês de junho de 2012 (valores em reais):

Data	Operação	Quantidade (unidades)	Preço de compra (unitário)	Preço de venda (unitário)
05/06/12	Compra	100	\$15	-
08/06/12	Venda	80	-	\$30
12/06/12	Compra	100	\$21	-
20/06/12	Venda	30	-	\$31
30/06/12	Venda	20	-	\$32

Dado que a empresa comercial não apresentava estoque inicial, o custo das mercadorias vendidas no mês de junho foi, em reais,

- (A) 3.970.
- (B) 2.250.
- (C) 2.200.
- (D) 2.130.
- (E) 1.950.





35. Considere os seguintes eventos:
- I. Ágio na emissão de ações.
  - II. Variação cambial de investimentos no exterior.
  - III. Aquisição de ações de emissão da própria empresa.
  - IV. Doações recebidas, mas com restrições a serem cumpridas.
  - V. Pagamento de dividendos já propostos e aprovados pela empresa.

Os eventos que NÃO alteram o Patrimônio Líquido são:

- (A) I e II.
  - (B) III e IV.
  - (C) IV e V.
  - (D) I, IV e V.
  - (E) II, III e V.
- 
36. Determinada empresa reconheceu, durante o ano de 2011, R\$ 500.000,00 em vendas realizadas. Durante este ano, reconheceu, adicionalmente, os seguintes itens: abatimento sobre vendas de R\$ 16.000,00; devoluções de vendas de R\$ 10.000,00; custo das mercadorias vendidas de R\$ 260.000,00; comissões sobre vendas de R\$ 7.500,00; impostos sobre vendas de R\$ 90.000,00 e estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa de R\$ 5.000,00. Com base nessas informações, a empresa apurou em 2011 uma receita líquida e um lucro bruto, respectivamente, de
- (A) R\$ 384.000,00 e R\$ 124.000,00.
  - (B) R\$ 461.500,00 e R\$ 201.500,00.
  - (C) R\$ 474.000,00 e R\$ 214.000,00.
  - (D) R\$ 376.500,00 e R\$ 116.500,00.
  - (E) R\$ 371.500,00 e R\$ 111.500,00.

---

### Contabilidade Pública e Orçamento Público

37. Com relação aos princípios contábeis, sob as perspectivas do Setor Público, a base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, refere-se ao princípio da
- (A) Oportunidade.
  - (B) Entidade.
  - (C) Continuidade.
  - (D) Competência.
  - (E) Integridade.
- 
38. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é organizada na forma de sistema de informações. Com relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o sistema contábil está estruturado, sequencialmente, nos seguintes subsistemas:
- (A) orçamentário, financeiro, patrimonial, compensação e demonstração das variações patrimoniais.
  - (B) balanço patrimonial, orçamentário, financeiro, demonstração das variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do resultado econômico.
  - (C) balanço patrimonial, orçamentário, financeiro e demonstração das variações patrimoniais.
  - (D) orçamentário, patrimonial, custos e compensação.
  - (E) orçamentário, patrimonial, gestão e controle.



39. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a receita orçamentária arrecadada, a despesa orçamentária empenhada, os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários, o saldo inicial e o saldo final das disponibilidades, no período a que se refere, são evidenciados
- (A) na Demonstração dos Fluxos de Caixa.
  - (B) nas Demonstrações das Variações Patrimoniais.
  - (C) no Balanço Financeiro.
  - (D) no Balanço Patrimonial.
  - (E) na Demonstração do Resultado Econômico.

**Instruções:** Para responder às questões de números 40 a 42, considere os seguintes valores recebidos no primeiro semestre de 2012 por uma entidade pública:

Valores recebidos	Valor R\$
Aluguel de imóvel	900,00
Caução para garantia de contrato para execução de obras	100,00
Multas e juros de mora	300,00
Operações de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	200,00
Alienação de imóveis	1.000,00
Impostos inscritos na dívida ativa	600,00
Amortização de empréstimos	700,00
Contribuição de melhoria decorrente de obras públicas	400,00

40. O montante das receitas correntes arrecadadas foi, em reais,
- (A) 900.
  - (B) 2.200.
  - (C) 1.500.
  - (D) 500.
  - (E) 2.000.

41. O somatório dos ingressos extraorçamentários foi, em reais,
- (A) 600.
  - (B) 1.000.
  - (C) 700.
  - (D) 1.400.
  - (E) 300.

42. O montante das receitas de capital arrecadadas foi, em reais,
- (A) 1.700.
  - (B) 1.000.
  - (C) 700.
  - (D) 1.900.
  - (E) 2.100.



Instruções: Para responder às questões de números 43 e 44, considere as informações a seguir.

Uma entidade pública, no período de janeiro a julho de 2012, empenhou as seguintes despesas:

<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>Valores em reais</b>
Aquisição de um caminhão basculante para fazer coleta de lixo .....	1.000
Conservação de praças públicas.....	250
Construção de um viaduto.....	1.500
Juros referentes a operações de crédito de longo prazo.....	200
Aluguel de ambulâncias para o hospital público.....	100
Amortização do valor principal da dívida de longo prazo.....	500
Aquisição de passagens aéreas.....	150

Obs.: Considere que uma das fases do ciclo orçamentário é a execução do orçamento que compreende a arrecadação de receitas e o empenhamento de despesas.

43. O montante das despesas correntes empenhadas foi, em reais,

- (A) 150.
- (B) 250.
- (C) 400.
- (D) 700.
- (E) 350.

44. O montante das despesas de capital empenhadas foi, em reais,

- (A) 3.350.
- (B) 2.500.
- (C) 3.000.
- (D) 2.000.
- (E) 3.200.

#### Matemática Financeira

45. Uma pessoa desejava comprar uma televisão e a loja lhe ofereceu as seguintes condições:

- a. Preço à vista = R\$ 1.500,00;
- b. Preço a prazo = entrada de R\$ 550,00 e R\$ 1.035,50 em 90 dias.

A taxa de juros simples mensal cobrada pela loja, na venda a prazo, foi de

- (A) 1,87% a.m., aproximadamente.
- (B) 1,90% a.m.
- (C) 2,91% a.m., aproximadamente.
- (D) 3,0% a.m.
- (E) 4,50% a.m.

46. Em 31/12/2011, João obteve um empréstimo de R\$ 5.000,00 para pagá-lo 3 meses depois. Sabendo que a taxa de juros compostos cobrada pela instituição foi de 2,0% ao mês, o valor que João pagou para quitar o empréstimo foi, em reais, de

- (A) 5.100,00.
- (B) 5.202,00.
- (C) 5.300,00.
- (D) 5.306,04.
- (E) 5.314,20.



47. Sr. José deseja adquirir um caminhão e, para tal, realiza uma pesquisa junto a 3 concessionárias especializadas que lhe oferecem as seguintes condições de financiamento:

**Concessionária Alfa:** Entrada de R\$ 25.100,00 + 1 prestação de R\$ 15.600,00, com vencimento para 30 dias após a entrada.

**Concessionária Gama:** Entrada de R\$ 20.100,00 + 1 prestação de R\$ 21.632,00, com vencimento para 60 dias após a entrada.

**Concessionária Beta:** Entrada de R\$ 30.000,00 + 2 prestações R\$ 5.408,00, com vencimentos para 30 e 60 dias após a entrada.

Sabendo que a taxa de juros compostos cobrada pelas três concessionárias é de 4% ao mês, a melhor condição de financiamento é a oferecida pela concessionária

- (A) Alfa.
- (B) Alfa e pela concessionária Gama.
- (C) Alfa e pela concessionária Beta.
- (D) Gama e pela concessionária Beta.
- (E) Beta.

48. Necessitando de recursos para o capital de giro, uma empresa comercial descontou uma duplicata no valor de R\$ 50.000,00, que vencia em 90 dias, segundo uma operação de desconto comercial simples. A taxa de desconto cobrada pela instituição financeira foi de 3% a.m., "por fora". Na data da liberação dos recursos, a instituição cobrou, adicionalmente, uma taxa de abertura de crédito de 2% sobre o valor nominal. Com base nessas informações, o valor descontado foi, em reais,

- (A) 4.500.
- (B) 5.410.
- (C) 45.500.
- (D) 44.590.
- (E) 44.500.

49. Um produto custa R\$ 100,00 à vista, mas o comprador deseja pagá-lo a prazo. A menor taxa de juros compostos mensal compreende efetuar o pagamento

- (A) em um mês em uma parcela única de R\$ 110,00.
- (B) em dois meses em uma parcela única de R\$ 125,00.
- (C) de R\$ 50,00 à vista e R\$ 56,00 em uma única parcela que vence em um mês.
- (D) de R\$ 30,00 à vista e R\$ 80,00 em uma única parcela que vence em um mês.
- (E) de R\$ 53,00 em uma parcela que vence em um mês e outra de R\$ 56,18 que vence em dois meses.

50. Considere as fórmulas para juros simples e compostos. Adicionalmente, considere a taxa de juros de 10% a.a. As expressões, para juros simples e juros compostos, respectivamente, que representam as equações que devem ser solucionadas para que se triplique o principal são:

- (A)  $3 = (1 + 0,10n)$  e  $3 = (1 + 0,10)^n$
- (B)  $3n = (1 + 0,10)$  e  $3n = (1 + 0,10)^n$
- (C)  $1 = (1 + 3n)$  e  $3 = (1 + 0,10)^n$
- (D)  $1 = (1 + 3n)$  e  $1 = (1 + 0,30)^n$
- (E)  $3 = (1 + 0,01n)$  e  $3 = (1 + 0,01)^n$



51. Determinada empresa possui as seguintes dívidas:

- R\$ 40.800,00 que vence em 30 dias.
- R\$ 62.424,00 que vence em 60 dias.

Caso a empresa decida pagar as suas dívidas antecipadamente e o credor cobre 2% de juros compostos ao mês, o valor a ser desembolsado será de

- (A) R\$ 101.200,00.
- (B) R\$ 101.159,52.
- (C) R\$ 100.000,00.
- (D) R\$ 99.927,04.
- (E) R\$ 99.911,04.

52. Uma pessoa deve R\$ 2.040,00 a um amigo. Propõe-se a pagar o valor total da dívida em duas prestações de valores iguais, vencíveis em 30 e 60 dias, respectivamente. Sabendo que a taxa de juros compostos estipulada pelo amigo é de 4% ao mês, o valor das parcelas a serem pagas é, em reais, de

- (A) 1.103,23.
- (B) 1.101,60.
- (C) 1.081,60.
- (D) 1.060,80.
- (E) 1.020,00.

#### Auditoria

53. De acordo com a Resolução CFC nº 986/2003 (NBC TI 01), na realização dos trabalhos de auditoria interna, os fatos, as informações e provas, obtidos no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações deverão ser

- (A) registrados nos papéis de trabalho.
- (B) confirmados junto aos responsáveis pelas constatações detectadas pelo auditor.
- (C) anotados no livro de registros de ocorrência de achados de auditoria.
- (D) registrados no relatório de auditoria, após ciência da entidade auditada.
- (E) levados ao conhecimento da administração da entidade auditada para adoção das medidas corretivas.

54. Os riscos da Auditoria Interna, nos termos da Resolução CFC nº 986/2003, estão relacionados à possibilidade de não se atingir, de forma satisfatória, o objetivo dos trabalhos. Desta forma, sua análise deve ser feita na fase de

- (A) elaboração do relatório de auditoria.
- (B) realização dos trabalhos.
- (C) planejamento dos trabalhos.
- (D) elaboração dos papéis de trabalho.
- (E) revisão dos trabalhos de auditoria.

55. Acerca dos procedimentos da Auditoria Interna, conforme a Resolução CFC nº 986/2003, constituem exames e investigações que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade. Assim, os procedimentos que visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade referem-se aos

- (A) testes de observância.
- (B) exames de registros, documentos e conferências de cálculos.
- (C) testes de verificação.
- (D) testes substantivos.
- (E) exames, inspeções e confirmação dos dados.



56. No âmbito da auditoria no setor público federal, é uma das finalidades de auditoria realizada pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal
- (A) avaliar a regularidade das despesas realizadas pelas entidades de direito público ou privado que arrecadem ou gerenciem recursos públicos.
  - (B) comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades e das entidades da administração pública, em todas as suas esferas de governo e níveis de poder.
  - (C) comprovar a legalidade e legitimidade das receitas e despesas realizadas por qualquer entidade que preste serviço público.
  - (D) controlar os gastos públicos sob os aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial.
  - (E) orientar as empresas que prestam serviços públicos acerca da legalidade e legitimidade dos atos praticados.
- 
57. No governo federal, a abrangência de atuação da auditoria governamental, a cargo do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, inclui, dentre outras,
- (A) as atividades de gestão das unidades da administração direta e das empresas estatais dependentes.
  - (B) a análise das contas prestadas pelo Presidente da República com o objetivo de subsidiar o seu julgamento pelo Congresso Nacional.
  - (C) as atividades de gestão dos órgãos da administração direta e das empresas que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda.
  - (D) a análise do limite de endividamento para efeito de autorização da Câmara dos Deputados para obtenção de empréstimos externos.
  - (E) a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante contratos de gestão, transferências a fundo, convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congêneres.
- 
58. No setor público federal, a auditoria governamental realizada pelo sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, com o objetivo de se atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional refere-se à auditoria
- (A) de Acompanhamento da Gestão.
  - (B) de Desempenho da Gestão.
  - (C) Operacional.
  - (D) Patrimonial.
  - (E) de Avaliação de Programas de Governo.
- 
59. A auditoria no setor público federal, mediante controle externo, é realizada pelo Tribunal de Contas da União, que tem dentre outras, a atribuição de
- (A) realizar, mediante autorização do Congresso Nacional, inspeções e auditorias nas unidades administrativas do Poder Executivo, das empresas estatais e das concessionárias de serviços públicos.
  - (B) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
  - (C) realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
  - (D) realizar auditorias nas transações de comércio exterior realizadas pelas entidades da administração pública federal.
  - (E) encaminhar ao controle interno o resultado das auditorias realizadas nas contas prestadas pelo Presidente da República.
- 
60. Acerca da auditoria no setor público federal, no âmbito do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal NÃO constitui objeto do exame
- (A) os contratos firmados por gestores públicos com entidades públicas ou privadas para prestação de serviços, execução de obras e fornecimento de materiais.
  - (B) os processos de licitação, sua dispensa ou inexigibilidade.
  - (C) a arrecadação, a restituição e as renúncias de receitas de tributos federais.
  - (D) a aplicação dos recursos do Tesouro Nacional transferidos a entidades públicas ou privadas.
  - (E) as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO**

- Atenção:** – Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas.  
– Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela banca examinadora.

**Para Irma Passolini, gerente executiva do Instituto de Tecnologia Social (ITS), “a participação das ONGs (Organizações não governamentais) no cenário político é uma questão de princípios. É preciso que tenhamos organizações intermediárias entre os três poderes constituídos: o poder da sociedade civil organizada.”**

(Adaptado de [www.fonte.org.br/reportagem-ong's-e-novos-governos-dialogo-possivel](http://www.fonte.org.br/reportagem-ong's-e-novos-governos-dialogo-possivel))

Considerando o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

**Os desafios da atuação das organizações não governamentais no cenário político atual**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	